

Nesta ordem a coleção consiste também num “laboratório de epistemologia” ou de análise de esquemas explicativos, para o quais o trabalho de campo não é uma simples coleta de material bruto, não separando teoria e prática de pesquisa e privilegiando realidades localizadas e processos reais de formação de territórios e de descrição de conflitos sociais.

Com apoio neste pressuposto é que a seleção ora efetuada pretende dispor a um público amplo e difuso esta interlocução que a editoria do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia estabelece com textos bastante pertinentes às lides universitárias. A “nova cartografia social” se insinua, concomitantemente, como um recurso à etnografia ao propiciar trabalhos de campo mais prolongados e possibilidades de reflexão sobre uma “nova descrição” não mais presa ao *setting*, à abordagem “ecologista” dos anos 20 do século passado ou ao “modelo geográfico descritivo”, que teria levado aos chamados “estudos de comunidade” e à repetição e à acentuada monotonia de “estudos monográficos” usualmente tidos como “localizados em demasia” e como “pré-científicos”.

A proposição de ruptura que prevalece que prevalece nesta iniciativa crítica é de abertura da coleção “**Antropologia da Amazônia**” com uma fonte relevante e precisa, não necessariamente inédita, como já foi sublinhado, mas que compreende a discussão de conceitos elementares à investigação científica de realidades amazônicas, a saber: fronteira, frentes de expansão, diferenciação camponesa, campesinato de fronteira e suas implicações.

A coleção terá continuidade com um segundo livro voltado para questões etnológicas, privilegiando povos indígenas da Amazônia, e com outros títulos também referidos a povos e comunidades tradicionais.



APRESENTAÇÃO

A “TURMA DO BRASIL CENTRAL” E A “ANTROPOLOGIA DA AMAZÔNIA”

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Este livro, que ora abre a coleção “Antropologia da Amazônia”, foi elaborado a partir da **primeira** dissertação defendida no **primeiro** programa de pós-graduação em antropologia social do país, PPGAS - Museu Nacional, pelo **primeiro** mes-trando orientado por Roberto Cardoso de Oliveira. Mediante esta tríplice con-dição de não ser precedido de outros, inaugurando mais de três seriações, pode-se afirmar que transcende aos questionamentos de um simples livro de estréia ao fazer parte de sequências cerimoniais intrínsecas aos ritos de estruturação do campo da antropologia no Brasil desde pelo menos 1968, ano de início do mencionado PPGAS. Tal situação de passagem contribui para explicar porque uma publicação como **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**, que se encontra na sua terceira edição, quarenta e um anos depois de seu lançamento, tornou-se o **primeiro** tomo da coleção ora apresentada. Aliás, como diria Paulo Rónai, nenhum livro deve ser lido uma única vez e a verdade é que nunca se relê o mesmo livro². De uma leitura à outra as interpretações podem modificar-se totalmente, bem como os leitores, afinal já se vão mais de quatro décadas desde a **primeira** edição. O convite atual para que se leia esta edição, que é a **primeira** publicada na própria

¹ Antropólogo. Professor-visitante da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Coordenador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Pesquisador da FAPESAM e do CNPq.

² Cf. Rónai, Paulo – **Como aprendi o português e outras aventuras**. Rio de Janeiro. Casa da Palavra. Fundação Biblioteca Nacional. 2013 pp.124-130

Amazônia, não deixa de ser, assim, um incentivo à compreensão instruída das tantas modificações que balizam uma **primeira** leitura.

A classificação de "Antropologia da Amazônia" é conjectural. Mais que expressão nomeadora de uma coleção ela consiste num domínio em que o historiador da ciência constrói um objeto de reflexão, cujos limites implicam num espaço-tempo ideal, que conjuga uma "região", enquanto espaço físico e social, com uma dimensão temporal inspiradora de periodizações. A tentativa de reconstituir-la aponta para um exercício retrospectivo que lhe impõe limites ou contornos bem delimitados, os quais devem ser tomados eles próprios objetos de estudo. O significado de "Antropologia da Amazônia", não se restringe, pois, à memória de eventos, às efemérides, ao conjunto de fatos considerados científicos e ao extenso repertório de resultados de investigações sistemáticas, produzidas por diferentes formações acadêmicas, desde os experimentos de "viajantes" e "naturalistas", dos séculos XVII e XVIII, que têm sido interpretados pelo senso comum erudito como um capítulo da pré-história da ciência. Ela concerne, sobretudo, a uma leitura crítica de esquemas interpretativos e de fundamentos teóricos, passando diferentes campos de conhecimento, e configurando-se num "laboratório de epistemologia" (Canguilhem, 2000: p.12), que estimula uma reflexão crítica permanente sobre seus próprios conceitos e suas práticas de pesquisa³. Como diria Canguilhem o conceito de passado de uma ciência ou de uma compreensão rigorosa de experiências de trabalho científico, pensando aqui esta nossa decisão editorial, pode significar uma interrogação retrospectiva. No caso da antropologia tal indagação remete à afirmação de um trabalho de campo academicamente insinuado, indissociável dos conceitos teóricos, e de uma pesquisa etnográfica construída a partir de prolongadas e repetidas permanências na região em que ocorre a investigação. Técnicas de observação direta, registros completos de cada atividade concreta, cerimônia ou norma de conduta, refletem uma prática de pesquisa singular, cuja descrição, ao contrário de outras ciências, não implica em extrair da situação social pesquisada uma regra geral, embora possa aventar da possibilidade de universais atrelados ao entendimento das especificidades.

O passado da antropologia hoje não se confunde, portanto, com esta mesma ciência no seu passado. Restabelecer a sucessão de pesquisas, de "expedições científicas", de experiências e conceituações, implica numa re colocação crítica e num procedimento reflexivo. Semelhante prática coloca em questão este próprio procedimento de reconstituição, dialogando criticamente com os lugares-comuns

³ Cf. Canguilhem, Georges - *Ideologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie*. Paris. Librairie Philosophique J. Vrin. 2000 pp.11-29

de interpretações já consagradas. No que concerne especificamente à Amazônia problematiza-o longe das ilusões biográficas e distante de origens "notáveis", reinterpretando a literatura de "naturalistas", "viajantes", missionários, administradores coloniais e comentaristas regionais como soa acontecer nas primeiras partes de **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**, cujos capítulos compreendem desde o segundo, intitulado "Os Primórdios", até o quinto, denominado "Marabá da Castanha e do Diamante".

Uma característica usual a muitas versões de "notabilidade" ou de "celebridade" destes intelectuais "notáveis" ao descreverem a Amazônia é a recusa absoluta de serem dissuadidos da crença na sua própria grandiosidade. Esta crença se reflete num gênero de consagração caracterizado pelas "grandes narrativas" com imagens enfáticas, desmesuradas e hiperbólicas, assinalando distâncias incommensuráveis, recursos naturais ilimitados, paisagens exuberantes, transbordando abundantemente e demonstrando que tudo é excesso ou tangencia uma profundidade abissal em que se esconda uma singularidade extremada. Ao contrário destas convicções elegantemente metafóricas e pré-concebidas, que perpassam inclusive trabalhos "menores", é que se colocaram as leituras críticas apoiadas no conhecimento antropológico. Através da pesquisa etnográfica foi que se consolidou uma abordagem contrária. Na etnografia verifica-se o acuro pelas realidades localizadas, persistindo numa análise concreta de situações concretas, com páginas e páginas de indagações irresponsáveis, de perguntas sem respostas que perscrutam o elenco das possibilidades descritivas, ressaltando as dificuldades de uma observação por menorizada e os desafios do trabalho de campo. A descrição etnográfica dispõe-se, assim, de maneira crítica face às "grandes interpretações", produzidas pela argumentação melancólica dos que perderam o poder metodológico de explicar e persistem na monotonia e na repetição infinda de esquemas interpretativos genéricos, subjacentes à sua própria consagração. As mudanças nos próprios sistemas de refletir são reforçadas pelo extraordinário potencial do trabalho etnográfico. É nos meandros desta polémica que cabe destacar a leitura crítica das autoevidências das "grandes narrativas", como um fator responsável pela atualidade do livro ora prefaciado. Atualidade e presente são sinônimos na discussão das "fronteiras em movimento", bem como na formulação de problemas, repensando as estratégias do Estado, o conceito de camponês, a descontinuidade geográfica das frentes de expansão e a reestruturação do mercado de terras e dos circuitos mercantis de produtos agrícolas das unidades de trabalho familiar. Colocar a questão de sua própria atualidade, rompendo com padrões explicativos defasados, implica em uma abordagem antropológica que, ao formular problemas através da etnografia, dá lugar a renovadas possibilidades do presente. Eis uma breve problematiza-

ção dos debates teóricos propiciados por este livro, dirigida não apenas a leitores universitários, mas também a um público amplo e difuso preocupado com as perspectivas delineadas, no momento atual, para a região amazônica.

Privilegiando os meandros da estruturação destas instituições que produzem e reproduzem o conhecimento antropológico e de suas relações com a formação profissional dos pesquisadores pode-se afirmar que o livro ora prefaciado expressa uma passagem bastante peculiar e um singular processo de institucionalização do ensino da antropologia. Constata-se um deslocamento institucional. A formação de antropólogos começa a ser deslocada dos museus para as grades curriculares das universidades e, no caso do PPGAS do Museu Nacional, sem sair do âmbito deste próprio Museu.

Enquanto extraído de uma dissertação de mestrado, beneficiando-se das próprias arguições da banca examinadora - composta por Maybury Lewis, Francisca Vieira e Roberto Cardoso - este livro faz parte de uma estratégia intelectual mais ampla, explicitada pela confluência de pelo menos dois grandes projetos científicos no âmbito do Museu Nacional com suas respectivas equipes de antropólogos em formação. Em síntese, este livro consiste num dos produtos esperados ou previstos, de diferentes maneiras. De um lado pelos esforços de Roberto Cardoso de Oliveira que, desde 1958, a convite de Luiz de Castro Faria viera trabalhar no Departamento de Antropologia do Museu Nacional, onde organizaram, em 1960, os cursos de especialização em antropologia e depois, em 1968, o próprio PPGAS.

Em 1961, Roberto Cardoso no Museu Nacional logrou uma interação com o Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS) e iniciou o projeto "Estudo de áreas de Fricção Interétnica no Brasil", que absorvia os próprios participantes dos cursos de especialização. Este projeto teve como desdobramento um outro projeto, também coordenado por Cardoso, denominado "Estudo Comparativo das Sociedades Indígenas do Brasil", realizado sob os auspícios do Museu Nacional e do Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este último projeto, por sua vez, foi fundido com outro de objetivos idênticos e resultante de uma função cosmopolita dos antropólogos, que orientou os contatos estabelecidos desde logo com David Maybury Lewis e por extensão com Harvard. Tratava-se do projeto intitulado "Harvard-Central Brasil Research Project". As atividades previstas implicavam no treinamento de pesquisadores do Museu Nacional e da Universidade de Harvard, numa perspectiva que enfatizava a pesquisa de campo, e abria as possibilidades da reflexão antropológica, através de abordagens que preconizavam uma certa interlocução entre pesquisas que focalizavam "povos indígenas" e "sociedades camponesas" de

uma maneira algo distinta da experiência dos antropólogos norte-americanos na América Central e na região andina.

Este conjunto de projetos privilegiou o trabalho de campo, mas sem desdizer Darwin e o padrão de trabalho científico dos antropólogos ingleses, segundo os quais "para ser um bom observador é preciso ser um bom teórico" ou, em outras palavras, a prática de campo não se descola jamais da teoria (Canguilhem, 2000: 107). Nesta ordem os esforços pedagógicos estavam também referidos aos cursos regulares de formação em antropologia, mesmo que muitas vezes a "experiência de campo" pudesse anteceder àquela do curso regular de pós-graduação. Sob este prisma verifica-se uma ligação estreita entre os princípios que orientaram os cursos de especialização e a própria criação do PPGAS-MN.

Os cursos de especialização em antropologia do Museu Nacional, como já foi sublinhado, foram iniciados em 1960 e compreenderam três "turmas", que se sucederam a cada ano. "Turma" corresponde à designação então adotada anualmente para os grupos de participantes ou frequentadores dos cursos. O ordinal que antecede ao termo "turma", designativo de grupo, corresponderia a uma sorte de hierarquia que correlaciona cada geração intelectual, uma em relação à outra. A "primeira turma" teve seis alunos, dentre os quais Roberto da Matta, Roque Larata e Alcida Ramos. Os alunos da "segunda turma", da qual faziam parte Julio Cezar Melatti e Marcos M. Rubinger, funcionaram como auxiliares de campo daqueles da primeira turma, pesquisando os Assurini (Roque Larata) e os Gavião (Roberto da Matta). Os participantes da "terceira turma", dentre os quais tem-se Cecília Helm e Silvio Coelho, pesquisaram diretamente subordinados a Roberto Cardoso, na pesquisa com os Tikuna, no alto Solimões. Até 1963 foram três "turmas" e o curso funcionou regularmente. A partir desta data os cursos de especialização foram suspensos, ou seja, durante cinco anos, até a criação do PPGAS não ocorreram cursos regulares, mas havia os projetos de pesquisa em andamento que permitiram dar sequência às atividades de formação por intermédio do trabalho de campo, organizado consoante aquela relação entre "turmas". As relações entre prógonos e epígonos funcionavam de acordo com estes condicionantes, limitando a quantidade de profissionais a serem formados. Neste lustro, compreendido entre 1963 e 1968, os trabalhos de pesquisa, executados regularmente, consistiram na vigia mestra de estruturação do campo da antropologia e os "iniciantes", já fora das "turmas", que não tiveram sequência a partir de 1963, eram treinados por aqueles que já haviam feito os cursos de especialização, sem observar necessariamente o pertencimento a um grupo imediatamente anterior. Foi o que sucedeu com Orávio Velho como veremos logo adiante.

Entre 1962 e 1967 foram executados, assim, sem interrupção, os dois grandes projetos de pesquisa, que envolveram antropólogos do Museu Nacional e também de Harvard, bem como os pesquisadores que participaram dos cursos de especialização ministrados no Museu entre 1960 e 1963. Com a paralização dos cursos os mencionados projetos de pesquisa foram mantidos e ampliados, sem sofrer qualquer descontinuidade. Vamos recapitulá-los para efeitos de exposição mais pormenorizada:

- i. O “Estudo de áreas de fricção interétnica no Brasil”, coordenado por Roberto Cardoso de Oliveira, numa interação do Museu Nacional com o CLAPCS, com apoio da UNESCO, agrupava pesquisadores que se formaram nos já citados cursos de especialização (Roque Laráia e Roberto da Matta da “primeira turma” e Julio Cezar Melatti, da “segunda turma”) e achavam-se referidos a situações sociais empiricamente observáveis em regiões amazônicas e de transição entre o cerrado e a floresta, então classificadas sob a designação de “Brasil Central”.
- ii. O “Harvard-Central Brazil Research Project” elaborado por David Maybury-Lewis, objetivava o estudo comparativo das sociedades Jê do Centro-Oeste brasileiro. Participaram deste projeto: Terence Turner, Joan Bamberger, J. Christopher e Jean Lave, estudantes de antropologia em Harvard, além de Roberto da Matta e Julio C. Melatti. A noção de “Brasil Central” adentrava pelo Vale do Tocantins-Araguaia nos Estados de Goiás e Maranhão. A cidade de Imperatriz (MA), localizada numa região considerada de “transição”, também cognominada de Pré-Amazônia, constituía-se num dos principais lugares de referência das pesquisas e num local de comunicação.

Os resultados destas iniciativas de pesquisa, inicialmente articuladas com os cursos de especialização, propiciaram aos alunos a produção de monografias⁴ e artigos⁵. No mesmo período Roberto Cardoso produziu dois livros⁶ e vários ar-

⁴ Consulte-se a propósito: Laráia, Roque de Barros e Da Matta, Roberto A. - **Índios e Castanheiros**. Difusão Europeia do Livro. 1967 - Melatti, Julio Cezar - **Índios e Criadores**. Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais-UFRI. Monografias do I.C.S. 1967. O prefácio é de autoria de Evaristo de Moraes Filho, Presidente do Instituto de Ciências Sociais.

⁵ Dentre os artigos produzidos e publicados pelos que frequentaram os cursos de especialização cabe assinalar: Da Matta, Roberto - “Notas sobre o contato e a extinção dos índios Gaviões do Médio Rio Tocantins”. **Revista do Museu Paulista**. Nova Série. Vol. XIV. São Paulo pp.182-202 e Laráia, Roque de Barros - “A fricção interétnica no Médio Tocantins”. **América Latina**. Ano 8, Nº02. Rio de Janeiro. 1965 pp.66-76

⁶ Cf. Oliveira, R.C. de - **O Processo de Assimilação dos Terêna**. Rio de Janeiro. Série Livro I. Museu Nacional. Universidade do Brasil. 1960 e também: **O Índio e o Mundo dos Brancos**. São Paulo. Difusão Europeia do Livro. 1964

tigos. Estes diferentes gêneros de produção intelectual, bem como as experiências das quais eram resultantes, convergiram em 1968, para a criação do PPGAS do Museu Nacional. No início do PPGAS o projeto “Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional” reafirmava o propósito do programa de ensino vir acompanhado de um projeto de pesquisas no qual os estudantes pudessem ter suas experiências profissionais.

As experiências de ensino aparecem indissociáveis do trabalho de campo ou surgem necessariamente vinculadas à existência de projetos de pesquisa, que impõem pedagogicamente uma discussão sistemática dos dados coletados e dos resultados relatórios, cujos resultados irão ser convertidos agora não propriamente em “monografias”, mas em dissertação de mestrado.

O trabalho de Otávio Velho emergia, portanto, nessa confluência de práticas de ensino e pesquisa, absolutamente institucionalizadas no domínio universitário, mas sua experiência de campo antecede em quase dois anos ao seu próprio ingresso no PPGAS. Em dezembro de 1966, como “iniciante”, realiza sua primeira experiência de campo em viagem com Roque Laráia, da “primeira turma”.



Primeiro período de campo de Otávio G. Velho na aldeia Suruí (Tocantins Paraense) em dezembro de 1966. Foto: Roque Laráia.

◆◆◆
"A primeira viagem de pesquisa foi inesquecível, feita com Roque Laranja, meu "introdutor" no campo (na ida, tivemos a companhia da jovem família Da Matta, até descerem em Tocantinópolis, do velho DC-3 saído de Goiânia). Incluiu duas semanas na aldeia Surui e - primeira de uma série - muitas peripécias a cavalo, travessias de rio, corredeiras, mosquitos, desconforto, estradas poeirentas (ou lamacentas), bigéneos improvisadas, pensões barulhentas, gafes, piadas, gozações; enfim, tudo que permite, quando a gente se reúne, reafirmar o pertencimento à "tribo". Por isso sou eternamente grato ao Roque e tento, apesar de tudo, "passar adiante a mensagem". (Velho, 2007:31)⁷

◆◆◆

Verifica-se uma confluência com características intrínsecas, que foi aberta não exatamente com a "mission française", como muitos acabaram superficialmente classificando os fundamentos desta "Antropologia da Amazônia" ou da própria antropologia brasileira, nem tão pouco com as "missões técnicas norte-americanas" que, notadamente, através dos efeitos dos acordos comerciais durante a II Guerra Mundial, permitiram pesquisas de antropólogos norte-americanos⁸. Esta trajetória "coletiva" e própria de um conjunto heterogêneo de antropólogos, oriundos de diferentes formações acadêmicas e experiências de pesquisa diversas foi duramente construída, desde o início dos anos 50, conjugando vários museus (Nacional, Goeldi, Paulista), o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) - onde trabalharam Darci Ribeiro e mais tarde Roberto Cardoso de Oliveira - e escolas superiores de sociologia e filosofia. Darci Ribeiro, que dirigia o Museu do Índio, em 1955, juntamente com Eduardo Galvão, Castro Faria e Roberto Cardoso, realizou neste ano os primeiros cursos de especialização para a formação de antropólogos, designados como "Cursos de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural".

A ação de Castro Faria, que estava no Museu Nacional desde o início da segunda metade dos anos 30, mostrou-se bastante independente durante a polémica no Legislativo sobre a Hiléia Amazônica, extremando uma oposição aberta a esta inicia-

⁷ Cf. "Memorial" in: Velho, O. - **Mais realista que o rei, Ocidentalismo, religião e modernidades alternativas**. Rio de Janeiro, Topbooks, 2007 pp.23-75.

⁸ As pesquisas de Charles Wagley, da Universidade de Columbia, e seus orientados norte-americanos tiveram um impulso neste período, sobretudo a partir dos Acordos de Washington, de 1942, criando condições de possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas no imediato pós-guerra, financiadas pela UNESCO, que levarão à produção de dois livros clássicos na compreensão da Amazônia: i) o de Wagley, C. - **Amazon Town, A Study of Man in the Tropics**. N. York. The Macmillan Company, 1953 e ii) o de seu orientado Galvão, Eduardo - **Santos e Viagens. Um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas**. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1955.

tiva e buscando dirigir o foco dos trabalhos para o que seria designado mais tarde "Antropologia do Brasil". Para tanto é que fez o convite a Roberto Cardoso, em 1958, quando Galvão já estava no Museu Goeldi, em Belém, e Darci se aproximava das experiências oficiais de política educacional, para juntos concentrarem a ação pedagógica de formação de antropólogos no Museu Nacional. Tratava-se de encerrar uma experiência apoiada em abordagem etnográfica mais atinente a realidades localizadas, criando condições de possibilidades para os fundamentos do que viria a ser uma "Antropologia do Brasil"⁹. Este conjunto heterogêneo de antropólogos, aproximados circunstancialmente em torno do PPGAS, e de experiências, com origens na antropologia social, na arqueologia, na filosofia e na sociologia, marcou a trajetória acadêmica de Otávio Velho. As fotos, que constituem uma das novidades da presente edição¹⁰, retratam estas relações sociais de pesquisa que Otávio Velho estabeleceu com acuidade e de modo atento. Roberto Cardoso foi seu orientador e o arfice das posições inicialmente relacionadas à sua trajetória profissional. Castro Faria foi seu professor e testemunha de defesa em processo na justiça militar, em que foi acusado de subversão durante a ditadura, David foi um dos co-responsáveis pelo projeto de que participou e foi igualmente um mestre e interlocutor frequente.

A "TURMA DO BRASIL CENTRAL"

A região designada como "Brasil Central" foi escolhida como *locus* para memórias das diferentes "turmas", evidenciando uma convergência geográfica em que se trabalhava concomitantemente com a categoria "sertão" e com a categoria "Floresta", com povos indígenas e com camponeses, com vaqueiros e com castanheiros. Como diria Melatti: "No que diz respeito ao contacto interétnico, nossas

⁹ Com Castro Faria esta vertente recuperou a leitura não apenas de Roquete Pinto e Raimundo Lopes, relativamente "esquecidos", mas também de Gonçalves Dias, dos naturalistas viajantes e dos "intérpretes do Brasil", que usaram textos de antropologia biológica como fonte ou a observação direta como forma de construir suas interpretações (Silvio Romero, Couto de Magalhães, Tavares Bastos, Nina Rodrigues). Uma periodização, que se tornou canônica nos textos antropológicos, tem seus fundamentos teóricos neste esforço classificatório, que se estende de 1870 com o Manifesto Republicano e com a "Escola de Recife" até 1930-33, com Gilberto Freyre, Caio Prado e Sérgio Buarque de Holanda. Estas datas tornaram-se "datas canônicas", como diria o próprio Castro Faria, e passaram a ser um marco nos cursos de "Antropologia do Brasil" ministrados com certa regularidade no PPGAS-MN, por ele, a partir de 1970.

¹⁰ Na elaboração destas anotações prévias à presente edição contei com o desvelo e a paciência de Otávio Velho, que, nos reconditos da memória, revirou seus arquivos para propiciar fotos, *croquis*, cartas e demais informações consideradas próprias para melhor explicar as condições de possibilidade que permitiram este livro. Respondeu generosa e diligentemente às minhas sucessivas perguntas, que muitas vezes fundavam de maneira repetida, mais como um teste de fidelidade do que eu havia lido em outras publicações. Sou-lhe grato pela virtude de quem sabe esperar mesmo que no esforço da repetição e se, porventura, erro de informação houver seguramente que a mim deve ser atribuída a responsabilidade.

dirigida a Otávio, datada de Imperatriz de 23 de agosto de 1969, de a “turma do Brasil Central”. Esta expressão funcionava também distintivamente, destacando esta equipe, de maneira implícita, em relação àquela que realizava o *survey* no Nordeste. Numa sequência ideal a denominada “turma do Brasil Central” seria o correspondente fictício, seis anos depois, de uma “quarta turma” dos cursos de especialização, mesclando experiências de pesquisadores formados em tempos diversos. A designação “turma” foi mantida. Nesta citada carta Francisca fala das dificuldades de comunicação entre os membros da equipe e dá notícias dos trabalhos de pesquisa e dos primeiros sindicatos que estavam sendo organizados em Imperatriz (MA).

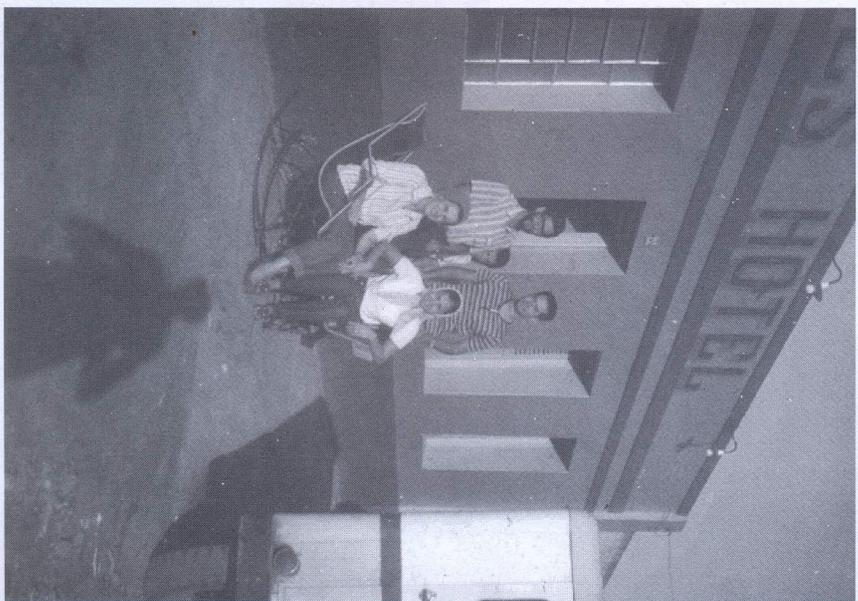
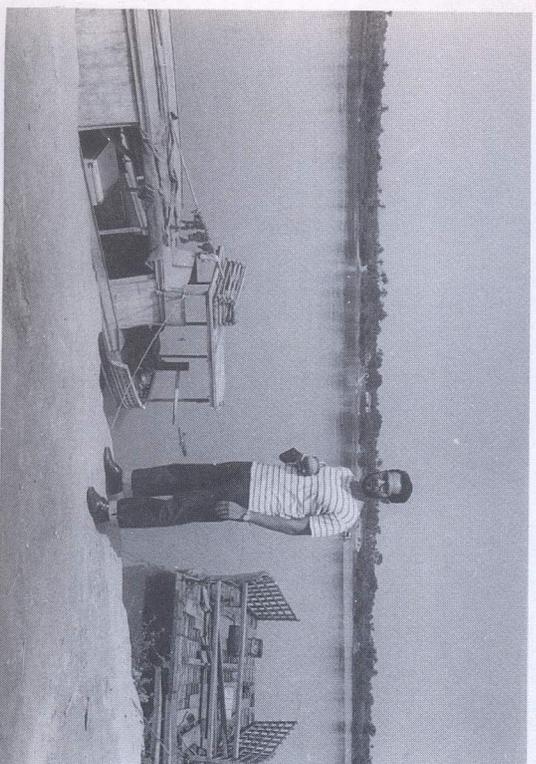


Foto tirada em Imperatriz em janeiro de 1969, durante o survey, em frente ao Hotel Fides. Sentadas estão Francisca Isabel S. Vieira à esquerda e Claudáia Menezes à direita. Em pé Wagner Neves Rocha à esquerda e Otávio G. Velho à direita.

A este tempo, 1969, Otávio realizava sozinho o trabalho de campo como assistente de pesquisa e bolsista do CNPq no projeto “Estudo do Colonialismo Interno no Brasil” sob coordenação de Roberto Cardoso. Como ele mesmo narra: “à exceção desta primeira viagem de campo com Roque Laraiá (em dezembro de 1966) meu trabalho de campo foi sempre muito solitário. Fui sozinho para o Tocantins Paraense com Francisca ficando em Imperatriz.”

Três gerações intelectuais se defrontaram, portanto, concomitantemente numa mesma região então designada como “Brasil Central”, que era uma designação de expedições e de experiência de uma fundação que vinha desde 1944 (Fundação Brasil Central). No recorte dos antropólogos tal delimitação os projetava para o que a partir de 1953 ficou convenicionado como “Amazônia Legal” e a partir da Portaria - Gabinete da Ministra do MMA, nº 96 de 27 março de 2008 classificado oficialmente como bioma amazônico (Diário Oficial da União, nº 60, 28 de março de 2008 p.129). Os trabalhos de Roque Laraiá e de Otávio Velho constituem um instrumento de passagem da expressão “Brasil Central” para aquela de “Amazônia”, uma região que logo se torna objeto da ação geopolítica da ditadura com a abertura da Transamazônica cortando uma ampla área já convulsionada politicamente e com grande movimentação de tropas para enfrentar a campanha guerrilheira.



Otávio G. Velho, em São João do Araguaia, 1969.

Esta descrição sumária permite perceber como se entrelaçaram, circunstancialmente, trajetórias de inúmeros antropólogos que, referidos a uma mesma região, executaram projetos de pesquisa que concorreram para a institucionalização da antropologia. Produziram livros e artigos que contribuíram para consolidar o campo da produção antropológica no país. No caso da Amazônia, enquanto realidade empírica, a antropologia aparentava chegar "atrasada" em relação às ciências naturais (biologia, botânica, zoologia), mas propiciou condições de possibilidade para uma crítica aberta à noção de "precursores", "pioneiros" ou "fundadores", reivindicada por comentaristas regionais e intelectuais "notáveis", que até então monopolizavam as "grandes narrativas" e interpretações oficiais da Amazônia.

Com o conceito de campesinato de fronteira, próximo à "marginalidade", com os agentes sociais designados como camponeses contrapondo-se a forças que atuam no sentido de expropriá-lo e deslocando-se dinamicamente nos "avanços das frentes", Orávio Velho quebra com a força das autoevidências dos esquemas explicativos de geógrafos (Waiibel e Andrade) e de sociólogos (Candido e Kalervo), recolocando na ordem do dia da produção intelectual uma noção renovada de Amazônia, que consistia então numa categoria ascendente, no mundo oficial e no mundo acadêmico, enquanto tendia ao eclipse e perda a força de sua abrangência a antiga noção de "Brasil Central".

O CURSO "SOCIEDADES CAMPONESAS"

Nesta outra situação de passagem cabe uma referência mais detida da trajetória acadêmica do autor. A gênese social dos conceitos que permitiam uma análise acurada dos problemas vinha sendo trabalhada metodicamente no PPGAS, demonstrando uma relação estreita entre os conceitos teóricos e o trabalho de campo, entrelaçando as salas de aula com as práticas de pesquisa. Uma das questões mais pertinentes à pesquisa antropológica, no final dos anos 1960-70, na década que sucedeu imediatamente àquela da descolonização africana, gravitava em torno do tema "sociedades camponesas". Sem se contrapor às pesquisas com povos indígenas ela apontava para uma linha de reflexão que começava a se consolidar no PPGAS do Museu Nacional, revisando os conceitos básicos da sociologia rural e os antropólogos norte-americanos que, desde R. Redfield, pesquisando em Chan Kom (México), em 1933, passando por Sol Tax, em Panachel, em 1936-39, e também R. Adams (Guatemala), E. Wolf em Porto Rico, em 1949, e no México, em 1952, e S. Mintz em Cap Haitien e Les Caves (Haiti), em 1958-59, persistiam numa perspectiva de descrição etnográfica como modalidade de entendimento da vida social de comunidades camponesas centro-americanas. A análise compreensiva da diferenciação econômica interna do campesinato levou a

exercícios comparativos e corejos com trabalhos teóricos empiricamente referidos ao chamado Leste Europeu, de autoria de Chayanov, Tepich e Galeski. Levou também à leitura de autores, como Hamza Alavi, que examinaram as transformações sociais com ação proeminente dos camponeses em países como Índia, China, Rússia e Paquistão.

A polémica em torno do conceito de camponês evidencia a abrangência de um tema que se tornou objeto de discussão em cursos sucessivos no Museu Nacional. O curso intitulado "Sociedade Camponesas", ministrado conjuntamente por Moacir Palmeira e Orávio Velho, no primeiro semestre de 1973, talvez tenha sido um dos pontos altos desta iniciativa de consolidação, uma vez que para ele convergiram além dos pós-graduandos em antropologia, aqueles oriundos de ciência política, da sociologia e da história. As duas coletâneas organizadas respectivamente, em 1967, por Potter, Diaz e Foster, a primeira, e em 1971 por Shanin e P. Worsley¹¹, a segunda, traduziam a relevância da questão e foram adotadas no curso¹². Em outras palavras, menos de cinco anos após a conhecida indagação, "What is a peasant?", de G. Foster¹³, retomando uma discussão desdobrada por E. Wolf, no início dos anos 50, os estudos sobre o sistema de *plantation* no novo mundo e suas relações com o campesinato e sobre a ocupação de novas regiões ganhavam destaque acadêmico. Com sua publicação em 1972 **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária** deixava transparecer a contemporaneidade e a sintonia com os debates conceituais em pauta. Moacir Palmeira e Orávio Velho referidos a regiões sociologicamente distintas, Nordeste e Amazônia, construíram diferentes pontos de partida e pressupostos de análise. Estas diferenças, entretanto, jamais os inibiram de ministrar o mencionado curso em conjunto e propiciaram aos alunos¹⁴ beneficiarem-se de suas diferentes

¹¹ Vide T. Shanin e P. Worsley (ed.) - *Peasant and peasant societies*. Penguin Books, 1971

¹² Recorde-se que B. Galeski e T. Shanin foram para a Universidade de Manchester, de igual modo que Orávio que lá realizou seu doutorado sob a orientação de P. Worsley. Em Manchester professor e autores lidados no referido curso se "encontraram" assegurando condições para que Orávio Velho produzisse sua tese tornada também livro e intitulada: **Capitalismo Autoritário e Campesinato (Um estudo comparativo da fronteira em movimento)**. São Paulo, Difel, 1976

¹³ Este artigo de George M. Foster compunha a introdução da coletânea **Peasant Society. A Reader**. Organizada por Jack M. Potter, May N. Diaz e George M. Foster, da Universidade da Califórnia/Berkeley Little, Brown and Company, Boston, 1967. pp.2-14

¹⁴ Velho e Palmeira no curso de 1973 buscavam consolidar criticamente novas modalidades de percepção dos objetos e novos conceitos. Nós, alunos participantes do curso, nos beneficiamos sobremedida disso. Terri Valle de Aquino e eu aproveitamos em demasia, sobretudo porque vínhamos então de nossa primeira experiência de campo na Baixada Maranhense, no decorrer de 1972, como assistentes de pesquisa de Laís Mourão e Regina Prado, que pertenciam a uma "turma" anterior. Trabalhamos como assistentes juntamente com João Pacheco de Oliveira. Nós três fomos "recrutados" a partir de um curso de antropologia, que frequentamos na PUC, ministrado por Lygia Sigaud, que também compôs a primeira "turma" do PPGAS-MIN como orientada de David Maybury-Lewis.

experiências de pesquisa e da crítica à “redescoberta” dos camponeses no domínio da antropologia.

No Brasil os estudos antropológicos gravitavam em torno dos temas povos indígenas e religião, notadamente quando referidos à Amazônia, enquanto realidade empiricamente observável. No referido curso a pesquisa antropológica descrevia uma trajetória dos povos indígenas para o campesinato. Palmeira e Velho colocaram o conceito de camponês em questão, criticando a análise de Foster e os fundamentos teóricos e metodológicos do conceito de campesinato evidenciados pelo acordo entre certos pontos que voltavam a aparecer em Redfield, Kroeber, Weber e Durkheim. Havia uma problemática comum às divergências. Os autores, não importa o ponto de vista que adotassem, tentavam sempre responder basicamente a duas perguntas: “o que é o camponês?” e “dentro de que ele está inserido?”. Nas tentativas de resposta se detectava a presença de um dualismo espacial quase irresistível aos estudiosos. A relação com “o todo” implicava invariavelmente numa referência geográfica e aí estava ou ainda está o móvel da confusão, do fato de se confundir um dualismo espacial com um dualismo conceitual. O dualismo espacial consiste numa noção autossuficiente com baixo poder distintivo, mesmo quando os autores opõem “sociedades camponesas” a sociedades primitivas, por exemplo, ao contrário das distinções conceituais. Esta relativização do geográfico abriu possibilidades para um entendimento antropológico da Amazônia, desnaturalizando interpretações e chamando a atenção para os pequenos produtores diretos e sua economia de base familiar.

A partir desta trajetória constata-se que a “Antropologia da Amazônia” consiste no resumo da leitura de uma biblioteca especializada, uma biblioteca ideal, produzida a partir de trabalhos de campo, com a qual esta coleção pretende dialogar, estabelecendo uma interlocução constante com todas as limitações do editor.

Além do registro da passagem do ensino da antropologia dos museus para as universidades o livro de Otávio reflete múltiplas passagens e neste sentido, sem qualquer demérito, pode ser também lido menos em si do que aquilo que simbolicamente passa a representar.

A postura reflexiva, do próprio autor sobre seus conceitos e sobre sua própria trajetória, bem expressa no seu Memorial, nos convida a relativizar este começo, mantendo, todavia, sua relevância. Mesmo sem a imediata compreensão de todos os significados e acepções que os resenhadores atribuem a este livro pode-se asseverar que se trata de uma ruptura com o lugar-comum das interpretações até então produzidas sobre a Amazônia.

Eis o livro.



PREFÁCIO

O corpo principal deste trabalho foi apresentado em junho de 1970 como dissertação de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Uma viagem posterior à região onde se deu o estudo, bem como a Belém e São Luís, permitiu a verificação e complementação de certos dados, e sobretudo uma impressão das novas transformações ocorridas, particularmente com a construção da rodovia Transamazônica.

Como um todo, portanto, o estudo resulta, no que diz respeito ao seu suporte em trabalho de campo, de quatro viagens realizadas ao Brasil Central e à Amazônia Oriental em dezembro de 1966, janeiro-fevereiro de 1969, outubro-novembro de 1969 e em novembro de 1971-janeiro de 1972.

Julguei preferível não modificar a forma geral de apresentação do corpo principal do trabalho, apesar, de ter incluído diversas alterações e complementações de dados. Assim, o leitor poderá apreciar a história da região e das diversas frentes de expansão que a atravessaram, apresentada sem nenhum preconceito teleológico advindo do prévio conhecimento da rodovia Transamazônica, cuja construção foi anunciada às vésperas da conclusão da dissertação de mestrado.

Em um capítulo inteiramente novo (A Transamazônica), exponho minhas impressões sobre os desenvolvimentos mais recentes, apoiado no conhecimento anterior apresentado nos demais capítulos. Com isto creio evitar o erro metodológico e teórico de realizar uma apreciação sobre *mudança* estribado na conjuntura de um zero absoluto de história anterior a um *take-off* arbitrário, que no caso seria a construção da estrada.

No último capítulo apresento as conclusões do estudo, procurando desdobrá-las a partir das novas ocorrências e de novos conhecimentos sobre situações *camponesas* e de *fronteira*.